

1 Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Claro, realizada aos vinte e
2 sete de abril de dois mil e dezoito, às 08h00 horas na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, situada à Rua
3 8 nº 3131, Alto do Santana, nesta cidade. Assuntos da Pauta: 1. Leitura da Ata do dia
4 03/04/2018; 2. Correspondências Recebidas e Expedidas; 3. Situação dos pedidos de organizações: PENIEL,
5 REDE DO CANCER e GACC; 4. Outros Assuntos. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Rita Cássia
6 Dalla de Godoy Lima e Daniel Bastos Buchdid, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Keila
7 Santos Pinto da Secretaria Municipal de Educação, Lucy Pinheiro Bittencourt da Secretaria Municipal de
8 Economia e Finanças, Angela Maria Ribeiro de Oliveira, da Secretaria Municipal de Habitação, Nathalia Cais
9 Costa da Secretaria Municipal de Esportes, Maria Luiza Camotti e Maria Valdenice Dutra, Representantes
10 dos usuários ou organizações de usuários da Assistência Social, Marco Aurélio Campos, Rosalina Nadai
11 Bernadinelli, Claudia Aparecida Lopes e Carla Andreza de Almeida Andreatto, Representantes de Entidades
12 e Organizações de Assistência Social, Solange Aparecida Savareze, Patrícia Radirge Bronzelli Naitzki, Taís
13 Cristina Inforzato, Miriã Claro de Araújo, Cinthia Moita Scatolin e Rosângela Deliberali Siqueira da
14 Fonseca, Representantes dos Trabalhadores da Assistência Social; Erica Cristina Belomi, Luciana Regina
15 dos Santos Ferreira e Rosiane G. Cristofolletti como convidados. Aberto os trabalhos, o Presidente Marco
16 Aurélio Campos iniciou a reunião saudando os presentes e agradecendo o comparecimento de todos,
17 ressaltando que o quórum foi atingido. Justificou a ausência dos Conselheiros Augusto Pedro Prochnon
18 Junior e Larissa Baungartner Zeminian. Marco explica que precisaremos retificar uma resolução que foi
19 aprovada no início do ano sobre uma movimentação bancária apresentada pela Secretaria Municipal de
20 Desenvolvimento Social, não a respeito de valores, mas na forma que havia sido feito o demonstrativo;
21 assim, Marco pergunta se alguém discorda sobre a alteração da pauta, não havendo manifestação, fica
22 alterada e segue-se com a leitura da Ata da reunião passada. Rosemeire Aparecida Rodrigues faz a
23 leitura da ata, a qual foi aprovada, masserá reimpressa com as correções para assinatura. A seguir Marco
24 passa a palavra para Luciana Regina dos Santos Ferreira, Diretora do Departamento Administrativo da
25 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para explicação e retificação da Resolução 01 do
26 Conselho Municipal de Assistência Social de 26/01/2018. Luciana explica que em Janeiro passou pelo
27 Conselho a explicação e aprovação das verbas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento (SMDS), após
28 a entrega no Órgão competente, a SMDS recebeu a visita da Diretoria Regional de Assistência e
29 Desenvolvimento Social (DRADS) e eles apontaram uma correção a se fazer, pois as Instituições Sociais
30 que recebem verbas estaduais indicaram que fariam uma reprogramação do saldo positivo, mas a DRADS
31 indicou que as verbas já estão nas contas das Instituições Sociais e sua utilização é de provisionamento de
32 RH, assim esses valores pertencem às Instituições. O Estado entende que esses valores estão zerados e
33 não há necessidade de reprogramação. Dessa forma, os valores a serem devolvidos são: Proteção Social
34 Básica R\$ 3.457,09; Proteção Social Especial de Média Complexidade R\$ 1.900,00; Proteção Social
35 Especial de Alta Complexidade R\$ 2.411,56. Luciana explica que se o Conselho aprovar será necessário
36 revogar a Resolução anterior do CMAS. Rita ressalta a importância de se aprovar ainda hoje esta questão.
37 Erica Cristina Belomi, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, pergunta se há dúvidas, Marco
38 apenas solicita que os valores sejam refeitos e divididos por Instituições e não por Proteções Sociais. Não
39 havendo manifestação, considera-se assim aprovada as contas apresentadas por Luciana. Marco informa
40 que será alterada/substituída a Resolução anterior com a atual aprovação das contas. Luciana informa
41 que precisará de uma cópia desta Ata para incluir na documentação que será apresentada para a DRADS.
42 Erica comunica que o CMAS agora tem a Secretária Executiva para auxiliar em todas as questões do
43 Conselho. Até 2017 a Secretária era a Simone, mas devido a problemas de saúde ela solicitou
44 transferência para o CRAS Brasília. O CMAS, a SMDS e o Município precisam de uma Secretária Executiva,
45 assim Erica expõe que após estudo na Secretaria foi sugestionado Mariana Oliveira Silva, formada em
46 Ciências Sociais e é voluntária no Terceiro Setor e Erica acredita que pelo perfil Mariana será capaz de
47 cumprir a função de Secretária Executiva do CMAS. Marco coloca a importância de que os membros do

48 Conselho se manifestem e após será votada. Patricia diz que aprova. Daniel destaca que Mariana possui
49 facilidades e que será bom para o Conselho. Luciana indica que Mariana é dinâmica. Marco pergunta se
50 há manifestação contrária a indicação de Mariana, não havendo, considera-se aprovada a indicação e
51 nomeação de Mariana para Secretária Executiva. Erica pede licença, para ela e Luciana se retirarem.
52 Marco passa para o tópico da pauta de correspondências recebidas e expedidas, justificando a ausência
53 de Larissa Baungartner Zeminian e de Augusto Pedro Prochnon Junior. Substituição da Conselheira Titular
54 Elisabete Aparecida Antonello Vieira por Lucy Pinheiro Bittencourt da Secretaria Municipal de Economia e
55 Finanças; substituição da Conselheira Suplente Nathalia Cais Costa por Valdira Velozo Guimarães Augusto
56 da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo e substituição da Conselheira Titular Rosemeire Aparecida
57 Rodrigues por Nathalia Cais Costa da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo. Marco coloca que
58 recebeu a Planilha referente aos repasses federais às Instituições Sociais: Aldeiais Infantis parcelas 3 e 4
59 R\$ 42.442,00; APAE parcelas 1, 2 e 3 R\$ 40.835,43; Instituto Viver e Conviver parcelas 1, 2 e 3 R\$
60 15.000,00. Marco conta que o CMAS recebeu a visita da Sra. Rita da Instituição Social Pão dos Pobres
61 onde ela discorre que entraram novamente com a documentação, pois a inscrição deles tinha sido
62 cancelada; assim, eles cobraram uma posição do CMAS com relação a documentação entregue por eles
63 em 08/12/2017. A Instituição tem o protocolo de recebimento pelo CMAS, mas eles não estão
64 encontrando, assim, será necessário pedir que a Instituição reenvie novamente para apreciação da nova
65 gestão do CMAS. Marco entra na discussão do item 3 da pauta que trata a situação dos pedidos das
66 organizações PENIEL, REDE DO CANCER e GACC, passando a palavra para a Comissão. Patricia e Cinthia
67 explicam que as três organizações entregaram novo plano de trabalho, os quais passaram por apreciação
68 pela Comissão dia 23/04/2018 e apenas o Peniel fez as correções devidas, mesmo após termos explicado
69 detalhadamente para as três, quase como uma consultoria onde estavam além dos membros da
70 Comissão, Viviane Cristina Geraldo e Adriana Cristina de Oliveira Alteia da SMDS, e ainda assim os planos
71 de trabalho não estavam adequados com as prerrogativas da Política Nacional de Assistência Social. Lucy
72 questiona se é falta de competência técnica ou da Comissão explicar melhor para as Instituições. Marco
73 explica que esteve presente nas reuniões que a Comissão fez com as três Instituições e que ficou claro as
74 alterações necessárias para adequarem os planos de trabalho. Cinthia explica que as três Instituições
75 receberam apontamentos técnicos e sugestões de leitura, incluindo a Tipificação Nacional e o Edital de
76 Chamamento Público para que elas se apoderassem melhor do conteúdo teórico sugerido, retificando os
77 seus planos de trabalho. Marco explica que as três Instituições Sociais foram tratadas da mesma forma,
78 uma atendeu as correções, com um pequeno ajuste a se fazer; as outras duas não. Assim, o CMAS precisa
79 votar se as inscrições serão canceladas, lembrando que elas poderão entrar com um recurso antes da
80 divulgação do cancelamento. Assim, Marco possibilita três opções para votação: 1. Cancelamento da
81 inscrição das 3 Instituições; 2. Como o Peniel apresentou uma resposta positiva, estende-se o prazo para
82 o Peniel e suspende as outras 2; ou 3. Estende-se o prazo para adequação para todas. Claudia coloca que
83 precisamos lembrar que somos facilitadores para as Instituições. Daniela coloca que as Instituições estão
84 com as inscrições desde Dezembro/2017 com a condição de fazerem os ajustes e que elas podem fazer
85 nova solicitação se as suas atuais inscrições forem canceladas. Keila questiona sobre o GACC, onde
86 explicamos quais foram as dificuldades e os pontos que teriam que ser revistos, tais quais equipe técnica
87 mínima. Tais expõe que as três Instituições Sociais são fundamentais para o Município, mas precisam
88 estar de acordo assim como todas. Rita esclarece que o plano de trabalho tem que estar de acordo com a
89 Tipificação Nacional, após avaliação e aprovação do plano, vem o mais importante que são as visitas para
90 verificar na prática se o serviço realmente está em consonância com as normativas. Marco coloca que
91 após a manifestação do Daniel poderemos simplificar a votação, o CMAS aprova o cancelamento das
92 inscrições se as Instituições não apresentarem novo plano de trabalho. Assim, Marco pede que se os
93 Conselheiros concordarem fiquem como estão e os Conselheiros que não concordarem se manifestem.
94 Não ocorrendo manifestação, fica aprovado o cancelamento das inscrições das Instituições, se não

95 apresentarem novo plano de trabalho correto. Claudia indica a importância da visita técnica antes da
96 próxima plenária. Marco coloca a necessidade de ter alguém da SMDS para a Comissão de Instancia de
97 Controle Social. Claudia também coloca a importância de ter alguém também na Comissão de Assistência
98 Social. Cinthia se manifesta que se mais Conselheiros do CMAS quiserem acompanhar as visitas, será
99 disponibilizado um cronograma das visitas por e-mail. Marco diz que gostaria de ter mais conhecimento
100 da Comissão de Instância e Controle Social, Rita sugere que pode verificar se Adriana teria disponibilidade
101 para buscar este conhecimento e trazer até o CMAS, inclusive se há outras Comissões que podemos
102 visitar para melhor entender. Rita também explica que é necessário que as Instituições insiram seus
103 usuários no Cadastro Único, pois com estes dados consegue-se ter uma noção maior das políticas públicas
104 que são imprescindíveis ao Município aumentando a quantia de verba que o Governo pode injetar.
105 Angela discorre que há um novo projeto habitacional para a faixa de renda de R\$1.500,00 a R\$2.000,00.
106 Marco coloca que os programas habitacionais também passam por apreciação do CMAS. Marco também
107 explica que os Municípios possuem o IGD (Índice de Gestão Descentralizada), o Município que estiver
108 mais próximo do número 1, maior é o dinheiro repassado pelo Governo Estadual e Federal. Assim, os
109 dados da Educação e Saúde são de extrema importância para que o IGD seja aumentado chegando o mais
110 próximo possível do número 1. Marco agradece à presença de todos e finaliza a presente reunião. Nada
111 mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Cinthia Moita Scatolin, a presente ata, assinada por todos
112 acima nominados.